

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA E DE PROGRAMAS SOCIAIS PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA EM DOIS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS

Ednei Neves Coelho ¹

RESUMO

A presente pesquisa é resultado do módulo IV do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Tem como objetivo geral verificar se as crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família sofrem diferenciação no tratamento na escola, além de identificar que atividades culturais e de ensino emancipadoras são promovidas pelas escolas visando à interação de gênero, raça, etnia e a superação de situações de exclusão, investigando os impactos do Programa na vida das famílias beneficiárias e na melhoria da aprendizagem das crianças e compreendendo de que forma o espaço da escola reproduz ou minimiza a pobreza. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica e de campo, além de entrevistas em duas escolas, localizadas no município de Presidente Figueiredo e a outra no município de Rio Preto da Eva. A pesquisa teve como suporte teórico em: Arroyo (2010), Dias (2007), Gadotti (2004), Gentili (2009) dentre outros. Sabe-se que o espaço escolar contribui efetivamente na vida dos cidadãos dos municípios verificados, uma vez que a escola é o lugar onde a socialização dos conhecimentos acontece. Aliados aos programas sociais como bolsa escola e outros auxílios minimizam a pobreza e as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Criança, Adolescente, Escola, Reprodução da pobreza, Desigualdades sociais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho reflete os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Módulo IV do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, realizado na modalidade semipresencial junto ao Centro de Formação, Desenvolvimento de Tecnologias e Prestação de serviços para as redes públicas de ensino – CEFORT da Faculdade de Educação – UFAM.

O trabalho teve como objetivo geral verificar se as crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família sofrem diferenciação no tratamento na escola, assim, tratou dos impactos do Programa Bolsa Família na vida e aprendizagem dos sujeitos beneficiários. A saber, O programa Bolsa Família, criado pelo governo federal através da Lei Federal nº 10.836, de 09

¹ Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte – Uninorte/Laureate. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Universidade Federal do Amazonas. Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad De La Integración de las Américas – UNIDA- PARAGUAY, ednei_neves@hotmail.com

de janeiro de 2004, vincula a transferência de renda à frequência escolar, visando direitos básicos aos sujeitos como educação, saúde e alimentação.

Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados houve alguns questionamentos como: (i) O espaço e entorno, possibilitam a minimização das desigualdades sociais? Como a escola trabalha as relações de igualdade? (ii) Quais são os impactos do Programa na vida das famílias beneficiárias e na melhoria da aprendizagem das crianças? (iii) A escola promove ações culturais voltadas para a interação entre raças e etnias?

O suporte teórico foi construído através de leituras e sistematização de referências teóricas sobre infâncias, adolescência e sua realidade social. Além disso, foram elaborados textos teóricos refletindo sobre conceitos como desigualdade social, cultura escolar e movimentos sociais.

A metodologia utilizada foi pesquisa de campo utilizando roteiro de entrevista semiestruturada contendo questões relacionadas aos impactos do Programa na vida dos beneficiários, os modos pelos quais a escola favorece a emancipação humana e como a mesma se articula com o entorno minimizando ou não a pobreza e as desigualdades sociais.

Além disso, os resultados apontam que embora haja um grande número de beneficiários dos programas sócias, infelizmente, a desigualdade social e a pobreza ainda assolam as pessoas no interior do Amazonas.

METODOLOGIA

Para execução deste trabalho contou-se com pesquisa de campo, entrevistas e pesquisas bibliográficas sobre a temática, assim distribuídas; na pesquisa de campo utilizou-se roteiro de entrevista semiestruturada contendo questões relacionadas aos impactos do Programa na vida dos beneficiários, os modos pelos quais a escola favorece a emancipação humana e se articula com o entorno minimizando ou não a pobreza e as desigualdades sociais.

Nas entrevistas, utilizou-se roteiro semiestruturado que foi aplicado junto ao gestor, professores, coordenador pedagógico e membro de famílias dos estudantes beneficiários do Bolsa Família, matriculados nas referidas escolas. Ao todo, foram entrevistadas oito pessoas, sendo um gestor, um professor, um coordenador e um membro de família, em cada uma das seguintes escolas: Escola Estadual de Balbina, localizada no município de Presidente Figueiredo na vila de Balbina e Escola Municipal São Francisco, localizada no município de Rio Preto da Eva.

Assim os levantamentos realizados foram; *O espaço e entorno, possibilitam a minimização das desigualdades sociais? Como a escola trabalha as relações de igualdade? Quais são os impactos do Programa na vida das famílias beneficiárias e na melhoria da aprendizagem das crianças? A escola promove ações culturais voltadas para a interação entre raças e etnias?* Os relatos foram transcritos e, por conseguinte, sistematizados no quadro matriz de indicadores. Posteriormente, foi aplicado nas escolas um formulário de levantamento da situação do espaço escolar e entorno, visando caracterizá-las quanto à dinâmica pedagógica e organização de seus espaços e materiais didático/pedagógicos.

OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VIDA E APRENDIZAGEM DOS BENEFICIÁRIOS

O programa Bolsa Família é um programa do governo federal de transferência de renda direta, os principais objetivos do programa é o combate à pobreza e a desigualdade social existentes em nosso país. Entre os seus eixos principais o programa busca garantir o direito à educação, à saúde e a alimentação. O programa foi criado através da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. A família beneficiária do programa tem como compromisso assegurar a permanência da criança na escola, para que dessa forma possa ter direito ao valor repassado pelo governo federal.

Diante de todos os problemas sociais que afligem a população mundial a pobreza é sem dúvidas a que se encontra presente nos diversos países tanto no ocidente quanto no oriente. Nesse sentido, especificamente no Brasil a pobreza atinge milhões de pessoas nas diferentes regiões de todo o país. Dessa maneira, surgem as desigualdades sociais, o desemprego, a violência e a desumanização pelo ser humano em um âmbito geral.

Na atualidade, a pobreza, a desigualdade social e a ausência dos serviços básicos como educação e saúde são problemas que vêm sendo debatidos por diversos países, especificamente os países subdesenvolvidos, pois são estes na maioria que concentram a maior porcentagem de pessoas pobres e com índice alto de desigualdade social entre a população.

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal, entretanto muitas crianças e jovens ainda permanecem fora da sala de aula, por diversos motivos, entre eles destaca-se a desigualdade social. Ao refletirmos acerca da desigualdade social em nosso país, é possível perceber a diferença de uma escola que se encontra em uma área urbana, bairro

nobre, de uma outra escola que se localiza em uma área periférica, as condições entre elas são bastante desiguais.

A exclusão do direito a educação em nosso país é uma realidade, principalmente para as crianças e adolescentes que se encontram em situações de vulnerabilidade social. Nesse sentido, Dias (2007), afirma que apesar dos avanços ocorridos a partir da segunda metade do século XX, a educação ainda está distante de ser efetivada no Brasil como um direito de todos e nesse sentido a sua universalização para crianças, jovens e adultos é relativa.

No que se refere a exclusão educacional brasileira Gentili (2009), destaca três fatores condicionantes, sendo eles;

Condições de pobreza e desigualdade de significativo percentual da população; fragmentação dos sistemas escolares e as desigualdades de oportunidades por parte das escolas e, por fim, as marcas de uma concepção privatista e economista que cada vez coloca a educação como mais uma mercadoria a ser oferecida a sociedade. (GENTILI, 2009, p. 23)

Sendo assim, ficam evidentes os fatores que levam a exclusão das crianças, dos jovens e dos adultos no sistema educacional brasileiro. A escola torna-se reprodutora das desigualdades sociais quando discrimina os grupos pertencentes às minorias, como os índios, negros, pobres, etc. As pessoas pertencentes a estes grupos já sofrem discriminação na sociedade, pelo fato de não pertencerem ao grupo chamado de maioria. Diante disso, os movimentos sociais lutam pelo reconhecimento dos direitos iguais a esses grupos.

Segundo Arroyo (2010),

O direito a uma vivência digna do tempo da infância é precário quando as condições materiais de seu viver são precárias: moradia, espaços, vilas, favelas, ruas, comida, descanso. Ou quando as condições e estruturas familiares de cuidado e proteção se tornam vulneráveis, inseguras ou são condenadas a formas indignas de sobrevivência. As relações humanas, familiares, de cuidado e proteção dos tempos da infância são ameaçadas quando as condições sociais, materiais e espaciais se deterioram. (ARROYO, 2010, p. 13)

Somente as políticas compulsórias de Estado garantirão o avanço da consciência do direito a tempos dignos de viver dessas infâncias. Arroyo (2010), refere-se aos programas federais criados para ofertarem mais tempo para as crianças na escola. Dentre eles podemos destacar: Programa Mais Educação, Escola de Tempo Integral e Escola integrada.

O PAPEL DA ESCOLA NA EMANCIPAÇÃO HUMANA

No Brasil, a educação é marcada pela exclusão, reafirmando a enorme desigualdade social do país, presente desde a colonização até os dias atuais. A educação como direito foi instituída a partir da constituição de 1934 onde descreve: “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”. Porém esse direito ganhou força na Constituição Federal de 1988, onde além de “direito” é “dever” de o Estado prover a educação, no entanto, mesmo com o passar dos anos e com a aquisição desses direitos ainda não se pode afirmar que a educação é acessível a todos, pois a muitos esse direito ainda é negado.

É preciso pensar políticas e práticas educativas que deem conta efetivamente da diversidade, para que os coletivos historicamente vítimas das desigualdades sociais consigam se sentir pertencentes ao espaço escolar, ressaltando que não basta incluir, garantir o acesso, como preconiza o Programa Bolsa Família, pois houve a ampliação da universalização do ensino em todos os níveis da escolarização, agora é importante garantir a permanência do aluno na escola, que não se restringe a educação como a única solução para amenizar a desigualdade social.

Segundo Moacir Gadotti (2004, p. 1), uma cidade pode ser considerada educadora quando, além de suas funções tradicionais que são elas: econômica, social, política e de prestação de serviços, ela também exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas, das crianças, dos jovens, adultos, idosos, na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora.

Enquanto educadora, a cidade é também educanda. Nesse sentido, muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. Portanto,

A relação entre Escola cidadã e Cidade Educadora encontra-se na própria origem etimológica das palavras “cidade” e “cidadão”. Ambas derivam da mesma palavra latina “*civis*”, cidadão, membro livre de uma cidade a que pertence por origem ou adoção, portanto sujeito de um lugar, aquele que se apropriou de um espaço, de um lugar. Assim, cidade (*civitas*) é uma comunidade política cujos membros, os cidadãos, se auto-governam e cidadão é a pessoa que goza do direito de cidade. “Cidade”, “cidadão”, “cidadania” referem-se a uma certa concepção da vida das pessoas, daquelas que vivem de forma “civilizada” (de *civilitas*, afabilidade, bondade, cortesia), participando de um mesmo território, autogovernando-se, construindo uma “civilização” (GADOTTI, 2004, P. 3).

O autor discorre sobre a etimologia das palavras cidade e cidadã, a saber, elas derivam da mesma palavra “civis”. Nesse contexto, tanto as pessoas de origem ou que chegam em certo momento em uma região e começam a habitar o espaço geográfico podem ser considerados cidadãos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em (02) escolas, a saber, (01) localizada no município de Rio Preto da Eva e (01) situada no município de Presidente Figueiredo. Assim sendo, serão classificadas como Escolas **A** e **B**, respectivamente.

A escola **A** fica localizada no Município de Rio Preto da Eva. É considerada pequena, têm apenas 05 salas, de 1º ao 5º ano, uma sala da direção e outra onde funciona uma biblioteca. Nessa escola o espaço é restrito, as salas de aulas, o corredor e a cozinha são pequenos. Porém essa é a realidade. Ela localiza-se em uma área periférica do município, pode-se afirmar ainda que não se pode fazer muito no espaço. Outro fato interessante é que na aula de Educação Física, as crianças são levadas para uma quadra do bairro que fica há aproximadamente 300 metros da escola. A quantidade de alunos é aproximadamente de 300 alunos matriculados em 2 turnos (Matutino e Vespertino),

Já a escola **B** situa-se na Vila de Balbina localizada a aproximadamente 180 km de Manaus e a 78 km do Município de Presidente Figueiredo – AM, a referida escola é composta por biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática com 15 computadores com internet, além de um amplo espaço físico com três quadras, em seu prédio principal, possui 32 salas de aula absorvendo um total de 30 alunos em cada sala, tem-se um prédio anexo onde fica o corpo administrativo: Secretaria, sala da Gestão, professores, pedagogos, Rádio interna, depósitos. A quantidade de alunos da escola (**B**), é aproximadamente de 889 alunos matriculados em 2 turnos (Matutino e Vespertino), nesses turnos encontra-se a Pré-escola e o Ensino Fundamental I e II.

Vale ressaltar ainda que existe uma diversidade social, cultural e étnica expressiva de alunos, por se tratar de uma comunidade inserida na usina de hidrelétrica de Balbina. Portanto existem filhos de engenheiros, administradores, professores, pescadores, beneficiários do Programa Bolsa Família, funcionários públicos e agricultores estudando na mesma escola e realmente não existem situações de discriminação. Porém, o que realmente ocorre é que os

espaços da escola não são utilizados nas atividades culturais e de ensino, visando minimizar a desigualdade social.

A partir deste ponto, a pesquisa foi direcionada a 2 (duas) escolas nos municípios distintos, como consequência obtivemos os seguintes resultados quanto as entrevistas;

Ao ser questionado sobre as articulações do espaço e entorno, se possibilitam a minimização das desigualdades sociais, o Gestor da escola A afirmou “*mesmo o espaço sendo pequeno é utilizado pela comunidade escolar e do bairro, para o desenvolvimento de atividades sociais educativas e recreativas*”. Pode-se afirmar que, no caso dessa escola, o espaço é utilizado mesmo que não seja um espaço adequado. É importante ressaltar que a escola não possui um Projeto Político Pedagógico. Já na escola B a maioria dos entrevistados reclamaram da não utilização dos espaços, pois não há interação da escola com o entorno, uma vez que não utilizam os espaços disponíveis para tal fim. Percebe-se que esses espaços se encontram em total abandono. Ao ser questionado sobre a não utilização desses espaços o gestor da escola B afirmou que “*no momento não há profissionais disponíveis que possam acompanhar o desenvolvimento das atividades nesses espaços, por isso não são utilizados*”, o mesmo se referiu aos laboratórios de ciências e de informática.

Quanto as relações de igualdade um professor da escola A ressaltou “*é feito um trabalho através de projetos que levam as crianças a aprenderem a respeitar umas às outras, pois são trabalhados os ideais de igualdade para todos*” É importante salientar que essa escola localiza-se numa área periférica que apresenta problemas sociais como: violência, tráfico de drogas e prostituição, entre outros, o que dificulta, de certo modo, a interação da escola com o seu entorno.

Outro fator pesquisado foram os impactos do Programa na vida das famílias beneficiárias e na melhoria da aprendizagem das crianças, os entrevistados das Escolas A e B afirmaram o seguinte.

“...por ser um programa de bem-estar social vários impactos surgiram na vida dos beneficiários, impactos positivos como a redução da pobreza (agora com novos costumes) e na educação podemos contar com a frequência dos alunos na sala de aula”... (GESTOR da Escola “A”, 2017).

[...] Muitas das vezes é o único recurso financeiro da família, e por estar associado a frequência da criança na sala de aula faz com que seu acompanhamento pedagógico seja mais efetivo[...] (COORDENADOR da Escola “B”, 2017).

“...Podemos perceber quando o benefício é utilizado com o aluno e na melhoria de sua aprendizagem como na compra de materiais e alimentação o aluno tem um interesse melhor nos seus estudos...” (PROFESSORA da Escola “A”, 2017).

[...] por causa disse Programa de famílias beneficiados não deixam os seus filhos faltar a aula pelo fato que se faltar perde o benefício [...] (sic) (MÃE DE BENEFICIÁRIO “A”, 2017).

[...] O programa tem impacto positivo para as famílias pelo fato de ser uma ajuda na renda familiar [...] (PROFESSORA da Escola “B”, 2017).

Os entrevistados afirmaram que o Programa Bolsa Família tem impactos positivos, tanto no que diz respeito a ajuda financeira para as famílias beneficiárias quanto na frequência na escola.

No que diz respeito à realização por parte de atividades de ensino e culturais emancipadoras que possibilitem a interação de gênero, raça, etnia e superação de situações de exclusão os entrevistados afirmaram o seguinte “Os eventos promovidos são: datas comemorativas, festa junina e encerramento do ano letivo (GESTOR da Escola “A”, 2017). Porém, foram questionados se faziam algum ciclo de palestra para se falar de etnia, cor, raça ou algum tipo de exclusão “Seguimos o plano de atividades da secretaria de educação” (GESTOR da Escola “B”, 2017).

É importante ressaltar que para discutir aprendizagem é importante discutir os seus envolvidos, os interesses, para tanto, a escola precisa trabalhar um currículo que atenda às necessidades de seus alunos e não apenas o que rege a grade curricular, e o que é exigido nas avaliações externas que acabam sendo trabalhadas de forma descontextualizada e sem interesse pessoal e social para os alunos. A esse respeito Arroyo (2010) destaca:

A uma das políticas mais segregadoras que parte do pressuposto de que os seres humanos trazem incapacidades mentais de origem, de classe, raça, gênero, território, de deficiência física; que tudo que é povo é inferior e menos capaz até na inteligência. Esta cultura política marcou profundamente a cultura escolar e docente e a lógica curricular. (ARROYO, 2010, P. 34).

A diversidade cultural tem sido foco de debate no que se refere à identidade e diferença, e não pode ser pensada somente no âmbito das práticas escolares, como simples questão de tolerância e respeito, pois isto impede de se visualizar a identidade e diferença como processo de produção social, que envolvem relações de poder. Para tanto, deve-se buscar estratégias pedagógicas para o trato com o outro, respeitando suas identidades e diferenças sendo necessário não apenas abrir as portas das escolas, mas se faz necessário criar mecanismos de permanência dos que foram por muito tempo excluído do direito à educação.

Procuramos trabalhar através de projetos, onde as crianças aprendem como respeitar e valorizar a nossa diversidade e aceitar cada um independente de cor raça ou religião. É com esse trabalho evitamos a exclusão social. (GESTOR da Escola B 2017)

O currículo escolar das escolas onde foram feitas as pesquisas é norteado pelas propostas pedagógicas das secretarias municipais e estaduais. No decorrer de nossas pesquisas foi possível perceber que esses currículos não incorporam as vivências dos sujeitos envolvidos no processo escolar. Nesse sentido os conteúdos continuam sendo centro de todas as ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa nas escolas foi possível perceber que cada uma tem a sua realidade específica. A escola de Presidente Figueiredo é espaçosa e possui uma grande quantidade de materiais pedagógicos para serem utilizados com os alunos. Entretanto estes espaços não são aproveitados.

Já a escola de Rio Preto da Eva, não têm um espaço adequado para os sujeitos que lá se encontram, é pequena e apresentam dificuldades em sua estrutura. Segundo as respostas dos entrevistados as atividades escolares não se limitam às datas comemorativas, mesmo que não tenha espaço a escola de Rio Preto da Eva possuem um Plano de Ações anual que executam durante todo o ano.

Também foi possível identificar que as ações realizadas na escola de Rio Preto da Eva possibilitam a interação de gênero, raça e etnia, pois trazem não só os pais para a escola, mas sim toda a comunidade. Os impactos do Programa Bolsa Família na vida das famílias e na melhoria da aprendizagem são positivos, de acordo com as respostas dos entrevistados, destacam-se alguns destes: redução da pobreza, frequência das crianças na escola, melhoria na alimentação, pois muitas famílias usam para este fim.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. In: Educação & Sociedade [online]. 2010, vol.31, n.113, p.1381-1416.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Dispõe sobre o Bolsa Família e outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 dez. 2017.

DIAS, Adelaide A. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo.** In: SILVERA, Rosa Maria Godoy et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa/PB: Editora Universitária.

GADOTTI, Moacir, PADILHA, Paulo Roberto, CABEZUDO, Alicia. Cidade Educadora. **Princípios e Experiências.** São Paulo. Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo. **O Direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina.** In: Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez, 2009. Vol. 30, nº 109. P. 1059 – 1079.